



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 40/XI/ 1.ª SL

Aos 28 dias do mês de Setembro de 2010, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Discussão Conjunta dos Projectos de Resolução nºs 179/XI (BE) – “Recomenda ao Governo que recuse o visto prévio da União Europeia sobre os Orçamentos de Estado Nacionais” e 263/XI (PCP) sobre a “fiscalização prévia” à elaboração do Orçamento do Estado, recomenda ao Governo que rejeite as propostas para a instauração do designado processo “semestre europeu”, constitutivas de procedimentos que colidem frontalmente com princípios constitucionais que conferem atribuições e competências inalienáveis à Assembleia da República.**

O Sr. Presidente inaugurou os trabalhos da Comissão, dando nota que, nos termos do artigo 128.º Regimento da Assembleia da República, a discussão dos acima enunciados Projectos de Resolução era efectuada em Comissão e a votação teria lugar em sede de sessão plenária e que tinha sido informado que o Grupo Parlamentar do PS iria solicitar o adiamento da discussão.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) começou por referir que ouviria os motivos evocados para o adiamento, mas recordou, contudo, que o Projecto de Resolução do BE já fora apresentado no passado 23 de Junho e que, desde então, o BE tinha apelado à necessidade de se realizar a discussão do Projecto em sede de Comissão, inclusivamente apresentando, na primeira reunião da CAE na presente sessão legislativa, um requerimento à Mesa, considerando inevitável que o debate se concretizasse e opondo-se ao sucessivo adiamento da referida discussão.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) mostrou-se ansioso por conhecer as razões que seriam invocadas para o adiamento da discussão dos Projectos de Resolução do BE e do PCP e recordou que a matéria em apreço já fora debatida em Plenário, onde o PCP apresentou um Voto de Protesto "contra a imposição de "visto prévio" à elaboração do Orçamento do Estado e as advertências, declarações e ingerências externas sobre as legítimas opções económicas e financeiras do País". Preciso que para além do contido no Projecto de Resolução apresentado pelo PCP (n.º 263/XI), considerara inaceitável o facto do Governo português se ter pronunciado, durante meses, sobre esta matéria em sede de Conselho (UE), sem ter prestado informações ao Parlamento e, conseqüentemente, recomendou que a deliberação no Conselho de 28 e 29 de Outubro fosse precedida de um debate em Plenário.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) solicitou o adiamento da discussão do ponto um da Ordem do Dia, com base nos seguintes argumentos: a discussão já tem vindo a ser realizada ao longo dos últimos meses, como foi salientado pelos oradores precedentes; em Junho, o Grupo Parlamentar do PS solicitou a vinda de um membro da equipa do Ministério das Finanças durante uma reunião da CAE; o debate ocorrido sobre esta matéria, no dia 21 de Setembro, com o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, em sede de CAE, que expressou a necessidade de se envolver mais os Parlamentos nacionais nesse debate; o Voto de Protesto apresentado pelo PCP, votado e rejeitado em Plenário, suscitou o debate sobre o tema por parte de todas as bancadas parlamentares, altura em que o Grupo Parlamentar do PS expressou vontade em debater a questão e de ouvir o Senhor Ministro das Finanças; o facto da Comissão Europeia ter anunciado que apresentaria, no dia 29 de Setembro, uma série de iniciativas referentes ao "pacote sobre a governação económica"; e o facto do Conselho Informal de Economia e Finanças da União Europeia (ECOFIN) reunir nos dias 30 de Setembro e 1 de Outubro. Atendendo ao exposto, considerou que a discussão não teria valor acrescentado se decorresse antes da apresentação do "pacote sobre a governação económica" por parte da Comissão Europeia, da realização do ECOFIN e, sobretudo, da realização da audição com o Ministério das Finanças, preferencialmente em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças, por forma a habilitar o Parlamento Português para reagir adequadamente às propostas em apreciação. Conseqüentemente, solicitou o adiamento da discussão dos dois Projectos de Resolução acima enunciados, ao abrigo da possibilidade dada pelo art.º 19.º do Regulamento da CAE, que prevê que "a votação de determinada matéria pode ser adiada uma só vez para reunião seguinte, se tal for proposto pelo Presidente ou requerido por qualquer Grupo Parlamentar".

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) mostrou perplexidade relativamente ao facto do Senhor Ministro das Finanças não ter vindo ao Parlamento debater a agenda ou os resultados do ECOFIN, uma vez que se deveria tratar de uma prática corrente e não excepcional. O mesmo, prosseguiu, deveria acontecer em relação aos demais Conselhos sectoriais da União Europeia, como previsto na Lei n.º 43/2006. Considerou, porém, que, bem fundamentado, o pedido de adiamento seria aceite pelo Grupo Parlamentar do PSD, uma vez que a discussão dos Projectos de Resolução em apreço não perde oportunidade se se realizar na semana seguinte. Concordou com o facto de este assunto já ter sido largamente debatido com o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e, por fim, colocou a questão de saber que Comissão teria competência para tratar esta matéria, se a CAE ou a Comissão de Orçamento e Finanças (COF), ou se deveria ter sido uma iniciativa da COF, associando a CAE, ou o inverso.

O Sr. Presidente esclareceu, citando os exemplos da COF e da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP), que sempre que se tratasse de questões que estivessem a ser debatidas ao nível da União Europeia, a competência era da CAE, podendo associar outras comissões, em razão da matéria; e que a competência só passaria a residir na comissão especializada a partir do momento em que fosse necessário implementar medidas tomadas ao nível europeu,.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) voltou a recordar que o Projecto de Resolução do BE fora apresentado no passado 23 de Junho, carecendo, inclusivamente, de algumas actualizações devido aos últimos desenvolvimentos ocorridos nesta matéria. Por fim, protestou contra o adiamento da discussão dos Projectos de Resolução.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) considerou que a confirmação das decisões tomadas ao nível europeu sobre a matéria em apreço apenas aconteceria em final de Outubro, apesar da Comissão Europeia já ter anunciado que se anteciparia na apresentação de iniciativas legislativas na forma do já mencionado "pacote sobre a governação económica". Considerou que, até a decisão estar definitivamente tomada, a competência era da CAE e não da COF, e as consequências deviam ser analisadas sob o prisma das implicações políticas e constitucionais de tais decisões, sobretudo do chamado "semestre europeu", ou seja, da "fiscalização prévia" à elaboração do Orçamento do Estado. Sobre o adiamento, afirmou que não iria obstaculizar o pedido e constatou tratar-se de uma faculdade regimental de qualquer Grupo Parlamentar, expressando, contudo, pesar pelo facto de tal faculdade ser usada neste caso. Concordou que se deveria chamar o membro do

Governo responsável por esta matéria, apesar de considerar que o mesmo deveria ter tido a iniciativa de ter vindo à AR em Março, quando esta proposta começou a surgir ao nível político europeu. Por fim, agradeceu a qualidade da nota informativa elaborada pelos Serviços de apoio à CAE sobre o tema em debate e frisou que o adiamento da discussão não deveria impedir a votação em sede de Plenário, até ao final de Outubro, mesmo que a audição com o membro do Governo não viesse a ocorrer, e que a discussão de ambos os Projectos de Resolução deveria ser inscrita como ponto único da Ordem do Dia da próxima reunião da CAE.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS/PP) agradeceu a qualidade da nota informativa elaborada pelos Serviços de apoio à CAE sobre o tema em debate, expressou perplexidade pelo Senhor Ministro das Finanças não ter vindo reunir com a CAE, concordou com as razões invocadas para ao adiamento da discussão dos Projectos de Resolução em apreço, apesar de compreender o pedido dos Grupos Parlamentares do BE e do PCP, e propôs o agendamento da questão na próxima reunião da CAE.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) sublinhou que o Grupo Parlamentar do PS não pretendia nunca evitar, nem obstaculizar o debate de qualquer matéria e, no caso vertente, tratou-se de solicitar a audição de um membro do Governo por forma a que a discussão pudesse ocorrer com mais informação, antes do Conselho Europeu dos dias 28 e 29 de Outubro. Por fim, considerou positiva a ideia de se associarem outras comissões a este tipo de debate, por forma a promover o envolvimento das comissões sectoriais nos assuntos europeus.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) considerou que a discussão deveria ficar encerrada na próxima reunião da CAE e que não ficasse dependente de mais nenhuma audição.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS/PP) perguntou ao Sr. Deputado Honório Novo (PCP) se não se oporia a que a audição ao membro do Governo se realizasse até à próxima quarta-feira.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) respondeu que não.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) recordou que durante os debates tidos no contexto da "Convenção sobre o Futuro da Europa", sobretudo na interpretação franco-alemã, concebia-se a criação de um Conselho Europeu responsável pela orientação política da União Europeia e de um Conselho de Ministros responsável pela produção legislativa que implementasse aquelas orientações. Recordou ainda o

facto de tal concepção ter sido combatida por muitas delegações, incluindo a portuguesa. Constatou, contudo, o facto desta solução, ainda assim, ter ficado plasmada no Tratado de Lisboa, adquirindo o Conselho Europeu, pela prática, uma função orientadora pré-legislativa, como se verificava pelo caso em apreço em que a ideia do "semestre europeu" surgiu no Conselho Europeu e consubstanciou-se na apresentação de iniciativas legislativas por parte da Comissão Europeia, que o Conselho e o Parlamento Europeu, enquanto legisladores, dão seguimento. Concluiu, afirmando que, atendendo ao exposto, os Parlamentos nacionais deveriam dedicar-se a uma fiscalização renovada do processo de decisão europeu, numa primeira fase, com especial enfoque no estabelecimento das orientações políticas pré-processo legislativo, emanadas do Conselho Europeu e, numa segunda fase, no processo legislativo *stricto sensu*. Relativamente ao caso concreto em debate, mostrou-se favorável a que a discussão dos Projectos de Resolução decorresse depois de se ouvir o membro do Governo responsável, de se conhecerem as propostas legislativas anunciadas pela Comissão Europeia no quadro da publicação do "pacote sobre a governação económica" no dia 29 de Setembro e de se ter em conta os resultados do Conselho ECOFIN do fim do corrente mês. Recordou, por fim, que os Ministros dos Negócios Estrangeiros já não tinham assento nos Conselhos Europeus e que no ECOFIN os governos dos Estados-Membros estariam representados pelos respectivos Ministros das Finanças.

O Sr. Presidente propôs que se oficiasse o Ministro dos Assuntos Parlamentares (MAP) no sentido de convidar, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, o membro do Governo competente a reunir com a CAE, na próxima reunião, na manhã do dia 6 de Outubro, por forma a que a Comissão estivesse em condições de proceder à discussão dos Projectos de Resolução em apreço e que os mesmos pudessem ser agendados para votação em Plenário.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) concordou com a proposta realizada e sugeriu que os Serviços de apoio à CAE enviassem aos membros da CAE as iniciativas referentes ao "pacote sobre a governação económica", assim que as recebessem, assim como as conclusões da reunião do ECOFIN.

O Sr. Presidente afirmou que os Serviços, na sua diligência habitual, assim fariam.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) insistiu no facto dos membros do Governo deverem ter por hábito vir ao Parlamento antes ou depois dos Conselhos sectoriais, como previsto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 4.º da Lei n.º 43/2006: "Reuniões conjuntas entre a Comissão de Assuntos Europeus, a comissão especializada em razão da matéria e o membro do Governo competente, na

semana anterior ou posterior à data da realização do Conselho, nas suas diferentes configurações". No caso vertente, não tendo vindo antes, deveria vir depois, constituindo dever do Governo vir à AR apresentar as conclusões do Conselho ECOFIN, apelando à necessidade de se cumprir o legalmente previsto.

O Sr. Presidente anunciou que oficiaria o MAP nos termos já referidos, por forma a assegurar que esta audição precedesse a discussão dos Projectos de Resolução e a consequente votação em Plenário. Referiu, contudo, que no caso de impossibilidade de agenda do Senhor Ministro, a discussão dos Projectos de Resolução realizar-se-ia, como previsto, na próxima reunião da CAE, procurando organizar-se a vinda do membro do Governo para depois.

4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias

A pedido do próprio, o Sr. Presidente, inaugurou o ponto quatro da Ordem do Dia e deu a palavra ao Sr. Deputado autor do Parecer sobre uma iniciativa europeia que deu entrada na AR no quadro da aplicação do Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa, cujo prazo para envio de parecer às Instituições da U.E. terminava no dia 4 de Outubro.

O Sr. Deputado António Gameiro (PS) apresentou o Parecer referente ao Relatório da 12ª CAOTPL sobre a COM (2010) 362 Final - Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Directiva 97/68/CE no que diz respeito às disposições aplicáveis aos motores colocados no mercado ao abrigo do regime flexível.

O Sr. Presidente registou a aprovação do Parecer por unanimidade, na presença do PS, PSD, CDS/PP, BE e PCP.

O Sr. Deputado Manuel Seabra (PS) apresentou o Parecer sobre o Relatório da 6ª CAEIE sobre a COM (2010) 350 Final - Proposta de Regulamento do Conselho relativo ao regime de tradução aplicável à patente da União Europeia.

O Sr. Presidente registou a aprovação do Parecer também por unanimidade, na presença do PS, PSD, CDS/PP, BE e PCP.

2. Distribuição dos temas inscritos na Agenda da XLIV COSAC, em Bruxelas, 24 a 26 Outubro de 2010

O Sr. Presidente recolheu a indicação, por parte dos vários Grupos Parlamentares, dos membros para a composição da delegação da CAE à COSAC: Presidente da CAE, Deputado Vitalino Canas (PS); Deputado Alberto Costa (PS); Deputado José de Bianchi (PS); Deputado Pedro Duarte (PSD); Deputada Vânia Jesus (PSD); Deputada Cecília Honório (BE). Informou ainda da prática de se distribuírem, pelos membros da delegação, os temas que serão debatidos durante esta Conferência das CAE dos Parlamentos da UE, com o objectivo de assegurar uma participação mais articulada e intervenções previamente preparadas por parte da delegação da AR. Registando o acordo do colégio, deu nota que a distribuição dos temas seria realizada na reunião da CAE de 13 de Outubro, informando que os temas eram os seguintes: o Estado da arte da Presidência belga da UE - Primeiro-Ministro Belga; Debate (em dois tempos) sobre o Relatório bianual (Desenvolvimento sustentável e o programa UE2020 - (apresentado pelo Prof. Doutor Jean-Pascal Van Ypersele, UCL (tbc); Controlo parlamentar da Política Europeia de Segurança e Defesa - apresentado pelo Prof. Doutor Jan Wouters, KUL; O Futuro papel da COSAC na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa - apresentado pelo Sr. Deputado Herman De Croo (tbc)); uma apresentação feita pelo Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso; e outra apresentada pelo Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy; e, por fim, o debate e adopção do contributo e das conclusões da XLIV COSAC. Demonstrou interesse em intervir nos últimos três temas, sendo que o último decorre das funções de Presidente da delegação.

3. Apresentação do projecto de programa para a visita a Bruxelas

Em relação ao ponto três da Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu nota das propostas de encontros para a realização do programa referente à visita de trabalho às instituições europeias sedeadas em Bruxelas, nos dias 26 e 27 de Outubro, na sequência da participação na COSAC, prevendo-se um encontro com o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso; o Comissário responsável pelas relações com os Parlamentos nacionais, Maros Sefcovic; o Embaixador da REPER, Manuel Lobo Antunes (onde se poderia organizar uma reunião de trabalho sobre um dos temas das sete prioridades seleccionadas pela CAE para escrutínio reforçado e 2010; e os Deputados portugueses eleitos ao PE. Informou também que, para efeitos desta visita, a delegação contaria também com a presença dos Srs. Deputados João Serpa Oliva e Honório Novo, respectivamente do CDS/PP e do PCP,

que se juntariam à delegação da COSAC na manhã do dia 26 de Outubro, cumprindo as novas regras referentes às deslocações para reuniões na Europa.

5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer na CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, relativamente aos seguintes Relatórios e iniciativas europeias

O Sr. Presidente deu início à apresentação do ponto cinco da Ordem de Trabalhos, efectuando a distribuição da iniciativa COM(2010)368 Final - Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos sistemas de garantia de depósitos (Reformulação), ao Sr. Deputado Manuel Seabra, do PS; do Relatório da 7ª CADRP sobre a COM(2010)375 Final - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Directiva 2001/18/CE no que se refere à possibilidade de os Estados-Membros limitarem ou proibirem o cultivo de OGM no seu território, à Sra. Deputada Vânia Jesus, do PSD; da proposta COM(2010)393 Final - Proposta alterada de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 708/2007 relativo à utilização na aquicultura de espécies exóticas e de espécies ausentes localmente, ao Sr. Deputado Miguel Vale de Almeida, do PS; do Relatório da 11ª CTSSAP sobre a COM(2010)378 Final - Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às condições de entrada e residência de nacionais de países terceiros no quadro de transferências dentro das empresas ao Sr. Deputado Ferreira Gomes, do PSD; do Relatório da 11ª CTSSAP sobre a COM(2010)379 Final - Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho sazonal, à Sra. Deputada Ana Catarina Mendes, do PS; da iniciativa COM(2010)331 Final - Proposta de Directiva do Conselho que altera a Directiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado, no que se refere à duração da obrigação de respeitar uma taxa normal mínima, ao Sr. Deputado João Serpa Oliva, do CDS-PP; da proposta COM(2010)371 Final - Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Directiva 97/9/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos sistemas de indemnização dos investidores, ao Sr. Deputado Carlos São Martinho, do PSD.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva perguntou acerca das datas da realização da visita de trabalho da CAE à Turquia, tendo o Sr. Presidente informado que a visita estava prevista para os dias 21 a 24 de Novembro, pese embora a confirmação destas datas dependesse ainda da fixação do calendário para a discussão e votação do Orçamento do Estado, como alertara o Sr. Deputado Honório Novo.

6. Apreciação e votação da acta nº 39 de 21 de Setembro de 2010

Por fim, o Sr. Presidente registou a aprovação da acta nº 39 de 21 de Setembro de 2010, por unanimidade, na presença do PS, PSD e CDS/PP.

A reunião foi encerrada às 18:30 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de Outubro de 2010.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
António Gameiro
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cecília Honório
Honório Novo
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ferreira Gomes
Luís Rodrigues
Manuel Seabra
Miguel Vale Almeida
Pedro Brandão Rodrigues
Pedro Duarte
Vânia Jesus
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luísa Roseira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Ribeiro
Paulo Pisco